

# Ministros dizem a Sarney que estão no rumo certo

ECONOMIA

JORNAL DE BRASÍLIA

21 AGO 1986

Os ministros Mailson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, convenceram o presidente Sarney a manter os rumos da atual política econômica e a resistir a todas as pressões favoráveis a adoção imediata de medidas espetaculares ou de grande impacto na opinião pública. A maior parte das pressões direcionadas ao Palácio do Planalto vêm de políticos que apoiam o Governo e que querem uma ajuda do Presidente para saírem vitoriosos das próximas eleições municipais, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto.

Mas, apesar de reconhecer que as medidas de impacto poderiam até ajudar os partidos situacionistas a ganharem as eleições municipais, o presi-

dente Sarney está conveniente de que o melhor caminho a seguir é o da atual política econômica, incapaz de trazer resultados significativos no curto prazo. As únicas correções previstas na política do feijão-com-arroz devem registrar-se nas áreas fiscal e monetária.

## Prazo

Mailson e João Batista disseram ao Presidente que a política econômica do feijão-com-arroz, apoiada substancialmente no corte do déficit público, exige um prazo de maturação de sete a nove meses, para apresentar resultados mais expressivos. Isso significa que no curto prazo o governo terá mesmo de suportar o desconforto político da impopularidade provocada normalmente por um processo de inflação elevada. No

médio prazo, contudo, os resultados positivos vão aparecer, segundo garantiram Mailson e João Batista nas últimas conversas que mantiveram com o Presidente.

Os ministros Mailson e João Batista disseram ao Presidente que não há nenhum fator alarmante na conjuntura econômica, que aponte para uma inflação ascendente e muito menos para uma hiperinflação. Segundo eles, a inflação está rigorosamente sob controle, apresentando-se praticamente estável em torno dos 20%, sem que o Governo tenha adotado qualquer artificialismo, como seria o caso — exemplificaram — de conter os reajustes das tarifas e dos preços do setor público, descapitalizando as empresas estatais.